



GÊNERO

DESIGUALDADES DE PARTICIPAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFF: ALIANDO GÊNERO E RAÇA

Giselle Pinto

Universidade Federal Fluminense.

E-mail: giselleuff@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo examina diferenças de acesso entre mulheres brancas e negras aos diferentes cursos de pós-graduação strito sensu da Universidade Federal Fluminense. Os dados foram coletados em diferentes fontes e nos permitiu examinar o impacto de um grande número de variáveis nas possibilidades de mulheres de cada um desses grupos raciais em entrar e concluir os cursos mais valorizados. Os resultados mostram uma grande desvantagem das mulheres negras em relação às mulheres brancas.

Palavras-chave: raça; educação superior; gênero.

Introdução

As desigualdades presentes na sociedade brasileira reproduzem-se ao longo do tempo e atingem com mais intensidade grupos historicamente discriminados. Dentre estes, podemos destacar os negros e as mulheres como os que acumulam um conjunto de desvantagens cujas conseqüências são uma menor mobilidade social e a permanência entre os mais pobres da população brasileira (HERINGER; MIRANDA, 2005).

Especificamente em relação aos negros, diversas pesquisas (HASENBALG, 1987; HASENBALG; VALLE SILVA, 1988; JACCOUD; BEGHIN, 2002) apontam que eles têm dificuldades para ingressar, por exemplo, nos espaços mais valorizados do mercado de trabalho e do sistema educacional.

Os estudos sobre relações raciais e educação realizados a partir da década de 1980 vêm demonstrando o papel da escola como reprodutora e mesmo geradora de desigualdades e a presença, em seu interior, de processos discriminatórios contra a população negra que por ali transita. (HASENBALG, 1987; HASENBALG; VALLE SILVA, 1988; HENRIQUES, 2001).

Niterói, v. 8, n. 1, p. 121-142, 2. sem. 2007 121





GÊNERO

Desigualdades de participação na pós-graduação da UFF: aliando gênero e raça

Heringer (2002), a partir dos dados da PNAD/IBGE de 1996, demonstrou que houve um aumento na escolarização dos brasileiros se compararmos, por exemplo, a situação de 1996 com a de 1988. Contudo, tal aumento não se traduziu numa diminuição das desigualdades raciais existentes nos níveis de escolaridade de negros e brancos, pois a proporção de negros entre aqueles sem instrução ou com menos de um ano de estudo continuava em 1996 a ser quase o dobro da proporção de brancos (11,8% para brancos e em média 20% somando pretos e pardos). Em relação à proporção de negros entre as pessoas com 12 anos ou mais de estudo (equivalente aos que concluíram o Ensino Médio ou possuem curso superior) observou-se que era de apenas 2,8%, aproximadamente quatro vezes menos do que os brancos na mesma faixa (10,9%).

A persistência das desigualdades entre negros e brancos no sistema educacional foi também observada por Henriques (2001). Este estudioso mostra que um jovem branco de 25 anos tem, em média, 2,3 anos a mais de escolaridade do que um jovem negro da mesma idade. Ele ainda observa que a escolaridade média de ambos os grupos raciais cresceu ao longo do século, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelo diferencial nos anos de escolaridade entre brancos e negros, aproximadamente 2,3 anos, mantém-se imutável entre as gerações.

Esses dados corroboram o que Hasenbalg (1987) já havia apontado quanto ao peso da discriminação racial como um dos fatores responsáveis pela limitação na participação da população negra no sistema escolar. Segundo ele, nosso sistema de ensino público está marcado por um mecanismo de recrutamento no qual as crianças negras são encaminhadas para as escolas mais pobres por sua condição de classe e pelo estigma da cor. Uma vez constituída essa clientela socialmente homogênea, a atuação dos docentes tende a reproduzir, neste espaço, a crença de que os alunos negros e pobres não são educáveis. Esse processo que ocorre nas séries iniciais vai, em conjunto com outros fenômenos, exercer impactos na conformação dos quadros discentes do Ensino Superior, onde as desigualdades raciais entre negros e brancos tendem a se acirrar. Hasenbalg e Valle Silva (2000), utilizando a PNAD de 1998, observaram que os brancos na faixa de 20 a 24 anos eram 12,2% dos universitários, ao passo que os negros da mesma faixa etária eram apenas 2,4%.

A reflexão sobre o acesso de negros ao Ensino Superior no Brasil – espaço de grande valorização na sociedade devido à possibilidade de promoção, de ascensão social, melhoria de ganhos no mercado de trabalho e conquista de *status* e reconhecimento –, notadamente a produção de levantamentos sobre representação racial que tivessem os estudantes universitários como foco de análise, esteve por muito tempo fora da agenda nacional de pesquisas. Isso começou a mudar de modo mais significativo a partir de 2000, em função do debate sobre a necessidade de instituição de ações afirmativas para este nível de ensino. Diversos estudos começaram a ser produzidos como “A cor da Bahia”, em 2000, sobre a UFBA; o I Censo Étnico-Racial da USP em 2001; os Censos Étnico-Raciais da UFF e UFMT em 2003, entre outros.

122 Niterói, v. 8, n. 1, p. 121-142, 2. sem. 2007





Giselle Pinto

Esses estudos, de modo geral, concluíram que as universidades públicas brasileiras absorvem um número reduzido de negros em seu corpo discente se compararmos aos outros grupos de cor/raça e à porcentagem de negros na população brasileira. Identificaram ainda a existência de uma seletividade dos alunos a partir de sua classe socioeconômica familiar e do tipo de instituição de ensino nos níveis fundamental e médio na qual estudaram. Por fim, sugeriram a atuação de fatores subjetivos no processo de escolha das suas carreiras. Ou seja, os negros, devido à introjeção do racismo, buscam, em sua maioria, o ingresso em cursos menos valorizados no mercado de trabalho, mas nos quais eles tenham maiores chances de aprovação. Essa “escolha” possivelmente está motivada por um sentimento de baixa autoconfiança que interfere no desempenho deles em situações de grande competição (GUIMARAES, 2003).

No que se refere às relações entre gênero e educação, algumas pesquisas mostraram que já temos no país equidade de acesso ao Ensino Superior em nível de graduação. Segundo Beltrão e Alves (2004) as chances de ingresso no Ensino Superior para as mulheres foram aumentadas principalmente a partir da década de 1960, por dois fatores. Um deles foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira em 1961, que garantiu a equivalência de todos os cursos de grau médio, possibilitando às mulheres que faziam magistério disputarem os concursos vestibulares. Outro fator que contribuiu para o ingresso das mulheres no Ensino Superior foi a expansão do ensino privado, proporcionada pela crise da política educacional ocorrida no país depois do golpe de 1964. A solução dada pelos governos militares ao “problema educacional”, ou seja, a falta de vagas no sistema educacional como um todo, foi o incentivo à expansão do sistema privado de educação superior.

Rosemberg (1994) tende a concordar com os aspectos mais gerais desse diagnóstico. Contudo, ela sinaliza que a ampliação da inserção feminina no Ensino Superior está ligada a uma tendência de concentração de significativa parcela de mulheres em cursos “tipicamente femininos”, de menor *status* e com baixa valorização no mercado de trabalho. Isso nos leva a pensar que a abertura do Ensino Superior para as mulheres reproduziu a separação entre as carreiras ditas masculinas e femininas, próprias do modelo do ensino secundário: os homens ingressavam nas escolas técnicas e de preparação para o ensino universitário e as mulheres ingressavam nas escolas normais nas quais eram “educadas” para atuar na educação infantil (e, conseqüentemente, ganhar menos) e não “instruídas” para ter acesso à universidade.

No presente artigo buscamos ampliar o debate sobre a presença de desigualdades de gênero no acesso ao Ensino Superior associando-a à questão do racismo. Importa-nos especificamente examinar a situação das mulheres negras neste contexto, dentre outras razões porque, como bem lembra Kia Caldwell, “as experiências de vida das mulheres negras raramente são examinadas” (CALDWELL, 2000, p. 95). Além desse vazio analítico em torno da mulher negra brasileira, o que nos move é a possibilidade de discutir a sua situação num conjunto de indicadores sociais disponíveis sobre ela que nos mostram as dificuldades por que passam. Ampliar o conhecimento sobre tais indicadores de modo a contribuir para a sua superação é, assim, a razão principal deste estudo.





Desigualdades de participação na pós-graduação da UFF: aliando gênero e raça

Condição social das mulheres negras

As produções sobre as desigualdades que atingem as mulheres negras no Brasil comumente apontam para a presença de uma tríplice discriminação: por ser mulher e ter de enfrentar os estereótipos baseados no sexo; por ser negra e estar marcada pelos estereótipos e inferiorizações ligados à origem racial negra presentes na sociedade brasileira; e pela maior possibilidade de serem marcadas pela pobreza. Segundo Jurema Werneck (2001), é interessante observar esses determinantes da violência estrutural que atingem as mulheres negras na sociedade brasileira, mas é necessária a compreensão de que elas, enquanto seres indivisíveis, vivenciam simultaneamente graus extremos de violência decorrente do sexismo, do racismo e dos preconceitos de classe social em um bloco monolítico e por diversas vezes “pesado demais” (WERNECK, 2001).

Diversas pesquisas têm mostrado que em qualquer indicador social considerado para a análise existe uma desvantagem sistemática das mulheres em relação aos homens e da população negra, de ambos os sexos, em relação aos brancos. No entanto, esta desvantagem é especialmente marcada no caso das mulheres negras (ABRAMO, 2004).

No que diz respeito à esperança de vida em 2003, o tempo médio de vida das mulheres brancas estava em torno de 73,8 anos, enquanto o das mulheres negras estava em torno de 69,5 anos. Essas diferenças significativas na expectativa de vida refletem, principalmente, o menor acesso das negras a bens e serviços como saúde, educação, abastecimento de água, esgoto etc. (PINHEIRO; SOARES, 2004).

Com relação ao mercado de trabalho, observa-se que 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e que apenas 23% delas têm a Carteira de Trabalho assinada. Somente 12,5% de mulheres brancas exercem essa função, no entanto, 30% delas têm a Carteira de Trabalho assinada.

No que diz respeito ao assalariamento, observa-se uma situação de desigualdade semelhante. Sabemos que tanto as negras quanto as brancas que estão no mercado de trabalho no Brasil têm grau de escolarização maior do que o dos homens de ambos os grupos raciais. Porém, isso ainda não parece ter-se refletido nos salários, principalmente para as negras, pois a renda média mensal delas é de R\$ 279,70 contra R\$ 554,60 para mulheres brancas, R\$ 428,30 para os homens negros e R\$ 931,10 para os homens brancos (PINHEIRO; SOARES, 2004).

Outro dado que merece destaque é o fato de 46,27% das mulheres negras do país nunca terem passado por um exame clínico da mama, enquanto 28,73% de mulheres brancas nunca passaram pelo exame. Ainda em relação à saúde, os dados mostram que as mulheres negras com mais de 60 anos apresentam taxas de hipertensão muito mais altas do que as brancas (PINHEIRO; SOARES, 2004).





Giselle Pinto

A partir desses dados podemos perceber que as mulheres negras enfrentam, na sociedade brasileira, múltiplas discriminações que estão presentes em toda a sua trajetória de vida. Assim, é enorme a importância que pode ter a escolarização e a ampliação de conhecimentos para que elas superem tais discriminações e possam ocupar melhores posições não só no mercado de trabalho, mas na sociedade como um todo. Contudo, os dados sobre a situação educacional delas não são os mais promissores, o que fica evidente quando se compara sua situação com a das mulheres brancas.

Os indicadores educacionais mostram que a média de anos de estudo das pessoas com 15 anos ou mais de idade em 2004 era de 7,7% para as mulheres brancas e 5,7% para as mulheres negras. Os anos de estudo das pessoas com mais de 25 anos também indicam a persistência de desigualdades entre negras e brancas no sistema educacional, pois as mulheres brancas somam 15,2% entre as pessoas com mais de 12 anos de estudo enquanto as negras somam apenas 4,6% (PINHEIRO; SOARES, 2004).

Em relação à escolarização líquida, – ou seja, a proporção da população matriculada no nível considerado adequado levando-se em consideração as faixas etárias – de negras e brancas, vemos que, na educação infantil, composta por crianças menores de seis anos, existe, atualmente, uma relativa aproximação entre todos os grupos raciais. No ensino fundamental, que compreende pessoas de 7 a 14 anos, novamente negras e brancas estão muito próximas no que se refere à participação. No Ensino Médio, composto por jovens de 15 a 17 anos, percebemos uma ampliação nas diferenças entre elas, pois as brancas somam 60,1% enquanto as negras somente 36,3% das estudantes deste nível de ensino. (PINHEIRO; SOARES, 2004).

Os dados acima exemplificam as condições de vida a que estão expostas as mulheres negras no país. Também mostram a magnitude das diferenças existentes entre estas e as mulheres brancas, assim como o seu acúmulo de desvantagens socioeconômicas que faz com elas tenham uma qualidade de vida expressivamente inferior.

Metodologia

Como espaço de formação e qualificação do *capital humano*¹ e de desenvolvimento do potencial de inovação científico-tecnológico dos países, os programas de pós-graduação têm ganhado prioridade nos investimentos públicos e privados, o que se justifica, em grande parte, pelo acirramento da competição econômica internacional. No Brasil, o incremento recente deste nível de ensino foi estabelecido no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010, que prevê a criação de novos programas, a expansão das matrículas e o aumento do número de alunos titulados.²

¹ No sentido atribuído por Schultz (1967), capital humano refere-se ao investimento em educação realizado pelos trabalhadores de determinado país. Neste artigo, ele está relacionado ao resultado das ações individuais em busca de aperfeiçoamento e aprendizado realizadas pela população.

² Dentre as áreas de conhecimento que devem ser priorizadas estão os programas de pós-graduação (mestrado





GÊNERO

Desigualdades de participação na pós-graduação da UFF: aliando gênero e raça

Os programas de pós-graduação no Brasil destacam-se como foro privilegiado para as discussões dos rumos das políticas públicas, o que, sem dúvida, abarca os interesses das mulheres, negras e brancas, no país. Apesar disso, este ainda se mostra um campo de estudos pouco explorado, de modo que pouco sabemos sobre o perfil do seu quadro discente, sobretudo no que se refere às intersecções entre raça e gênero. Essa é outra razão da escolha desse campo para investigação. Examinamos aqui a situação em uma universidade brasileira: a Universidade Federal Fluminense – UFF.

Os dados para este artigo foram coletados nas fichas de inscrição dos alunos dos cursos de mestrado nas áreas de Artes, Exatas, Tecnológicas e Humanas/Sociais que aí ingressaram entre os anos de 2004 e 2006.

Ao consultar as fichas, extraímos os seguintes dados: sexo, idade, estado civil, cor/raça, curso de graduação, trabalho, naturalidade e contato para realização da pesquisa qualitativa. Para identificar a cor/raça do(a)s aluno(a)s, utilizei a autodeclaração do(a)s aluno(a)s quando este campo estava contemplado nas fichas e a classificação racial dada por mim ou por um(a) funcionário(a) da secretaria dos cursos. Esta classificação foi realizada segundo o critério utilizado pelo IBGE (branco, preto, pardo, amarelo e indígena). A identificação racial do(a)s aluno(a)s atribuída por mim, por intermédio das fotografias disponibilizadas nas fichas de inscrição, teve como base a cor da pele e as características fenotípicas presentes nas feições e no tipo de cabelo. Vale destacar que, apesar de ter coletado o dado cor/raça de todo(a)s aluno (a)s, não foram incluídos na análise realizada neste artigo os dados quanto aos alunos amarelos e indígenas pelo fato de eles representarem menos de 1% dos estudantes e por não fazerem parte da opção metodológica do presente trabalho que inclui apenas os brancos, pardos e pretos (esses últimos são apresentados somados, passando a formar a categoria negros). Os dados extraídos das fichas foram lançados em um banco de dados gerado no programa Excel a partir do qual foram produzidas as tabelas que são aqui interpretadas.

Considero importante relatar algumas ocorrências relacionadas à coleta dos dados. Inicialmente, vale destacar que o contato com as coordenações dos cursos foi estabelecido pessoalmente: eu me apresentava e apresentava a pesquisa, os objetivos e os dados necessários dentre outras informações introdutórias. Nesses momentos também era entregue uma carta do coordenador do programa de pós-graduação no qual eu estava matriculada na época.

Cabe registrar o fato de que, na maioria dos cursos, apenas esse primeiro contato foi suficiente para que obtivéssemos a aprovação para a realização da pesquisa, embora, na maioria deles, isso tenha se dado sob a supervisão direta de um(a) do(a)s secretário(a)s, o que não causou dificuldades para a coleta de informações. Tal atitude mostra-se até compreensível já que eles não conheciam a mim ou ao meu trabalho.

profissional) em Engenharia e, no âmbito das Ciências Humanas, de estudos culturais.

126 Niterói, v. 8, n. 1, p. 121-142, 2. sem. 2007





Giselle Pinto

Por outro lado, nos cursos de Letras, Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Ciência da Informação, História e Antropologia, a coleta dos dados foi marcada por tamanha dificuldade que o auxílio de minha orientadora foi necessário para que pudéssemos, ao menos, obter uma resposta, positiva ou negativa, da Coordenação. Observei que, mesmo quando o(a) coordenador(a) permitia o acesso ao material, alguns(mas) funcionário(a)s chegaram a se opor à minha entrada, principalmente quando identificavam a necessidade da classificação racial do(a)s aluno(a)s. As dificuldades impostas foram de tal ordem que em alguns desses cursos a pesquisa não pôde ser realizada. Tais dificuldades estão relacionadas, possivelmente, a um desinteresse pelo fato de esta ser uma pesquisa sobre negros, conforme demonstraram alguns(mas) coordenadores(as) e secretário(a)s.

Como a coleta exigiu o manuseio das fichas de inscrição dos alunos, quando estas não apresentavam todos os dados necessários, era preciso buscá-los na documentação específica do(a)s aluno(a)s, como, por exemplo, *curriculum vitae*, para descobrir se o(a) aluno(a) trabalha ou não, além de outros dados que facilitariam ainda mais a identificação. Em alguns cursos, o manuseio desse material foi facilitado tanto pelo(a)s coordenadores(as) quanto pelo(a)s secretário(a)s. A realização da pesquisa em cursos como Física, Matemática e Engenharia de Produção contou com momentos de interação com os secretários. Nesses momentos, conversávamos sobre o ingresso no mestrado, preconceito, acesso da população negra ao Ensino Superior e outros tópicos relacionados. Este bom relacionamento estabelecido com o(a)s secretário(a)s facilitou quando pedi seu auxílio para classificar racialmente o(a)s aluno(a)s, principalmente quando não havia fotografia na ficha. Essa identificação racial era primordial para que eu pudesse localizar alunas negras para participarem da pesquisa qualitativa.

Em alguns cursos, houve grande interesse, por parte dos coordenadores, em conhecer os resultados da pesquisa, chegando a nos solicitar os dados coletados em seus respectivos cursos. Tal atitude, ao mesmo tempo em que pode demonstrar certa valorização pela pesquisa, pode marcar também uma forma de controle sobre os dados e sobre o modo como estes seriam apresentados. De acordo com Besson (1995, p. 40), "em uma sociedade de comunicação", onde tudo ganha repercussão e amplitude em grande velocidade, "nenhuma informação é inocente". Por isso, a exposição dos indivíduos ou das organizações à observação "constitui-se em um risco", principalmente o da transparência de uma realidade que se queria esconder.

Gênero, raça e pós-graduação: alguns resultados

A Tabela 1 permite conhecer a distribuição dos sexos do corpo discente de mestrado da UFF.

Niterói, v. 8, n. 1, p. 121-142, 2. sem. 2007 127



**Tabela 1 – Representação dos sexos por ano de ingresso.
Anos 2004-2006.**

| Ano de Ingresso | Sexo | | | | Total Geral | |
|--------------------|------------|--------------|------------|--------------|-------------|---------------|
| | Mulheres | | Homens | | | |
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| 2004 | 220 | 46,22 | 256 | 53,78 | 476 | 100,00 |
| 2005 | 211 | 41,13 | 302 | 58,87 | 513 | 100,00 |
| 2006 | 242 | 44,08 | 307 | 55,92 | 549 | 100,00 |
| Total Geral | 673 | 43,76 | 865 | 56,24 | 538 | 100,00 |

Fonte: tabulação própria. Programas de Pós-Graduação UFF/2006-2007.

Alguns estudos mostram que a dualidade e a segmentação por gênero sempre estiveram presentes no sistema educacional brasileiro em que as mulheres tinham menores taxas de alfabetização e menor acesso aos graus mais elevados de instrução (ROMANELLI, 2001; BELTRÃO; ALVES, 2004). No entanto, apesar de elas terem aumentado sua entrada nos ensinos médio e superior, apenas no início do século XX, foram elas quem melhor aproveitaram “as oportunidades criadas pelas transformações estruturais e institucionais ocorridas no país” (BELTRÃO; ALVES, 2004, p. 6) nas últimas décadas. Assim, no que diz respeito ao acesso à graduação, elas conseguiram eliminar, e mesmo reverter, o *hiato de gênero*, ou as diferenças nos seus níveis de escolaridade em comparação com os dos homens (BELTRÃO; TEIXEIRA, 2004).

Os dados dos cursos de graduação da UFF apontam para esta direção, visto que as mulheres representam 55,77% do corpo discente e os homens apenas 44,23% (BRANDÃO; TEIXEIRA, 2003). Esta parece ser uma realidade no país, pois, em 1999, as mulheres representavam 55,60% da população estudantil universitária (MELO et al., 2004).

Por outro lado, quando analisamos os dados da pós-graduação, vemos que, neste nível de ensino, as mulheres ainda não alcançaram as mesmas vantagens da graduação, porquanto nela a maior presença é masculina. Dito de outra forma, as históricas desigualdades de gênero na educação foram deslocadas para níveis mais elevados de ensino, como os cursos de pós-graduação.

Especificamente no que diz respeito às mulheres negras, essa situação é ainda mais grave, pois elas se encontram em desvantagem tanto em relação aos homens quanto em relação às mulheres brancas, como se pode ver na tabela abaixo.



Giselle Pinto

GÊNERO

Tabela 2 – Representação de mulheres segundo a cor/raça, por ano de ingresso. Anos 2004-2006.

| Sexo e cor/raça | | | | | | |
|--------------------|------------------|--------------|-----------------|--------------|-------------|---------------|
| Ano de Ingresso | Mulheres Brancas | | Mulheres Negras | | Total Geral | |
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| 2004 | 117 | 75,0 | 39 | 25,00 | 156 | 100,00 |
| 2005 | 106 | 73,10 | 39 | 26,90 | 145 | 100,00 |
| 206 | 134 | 75,28 | 44 | 24,72 | 178 | 100,00 |
| Total Geral | 357 | 74,53 | 122 | 25,47 | 479 | 100,00 |

Fonte: tabulação própria. Programas de Pós-Graduação UFF/2006-2007

Destaca-se nos dados da Tabela 2 um “gap” entre as mulheres negras e as brancas, onde as negras representam, percentualmente, 1/4 das mulheres que ingressa nos cursos de mestrado da UFF. Essa distância, observada entre negras e brancas, mostra que, apesar de ambas sofrerem com o sexismo ainda presente na sociedade, as brancas conseguem em alguma medida acessar com maior facilidade os mecanismos que, de alguma forma, as auxiliaram a enfrentar as desigualdades de gênero (SANT’ANNA, 2001).

Distribuição do(a)s aluno(a)s nas áreas de conhecimento e nos cursos de mestrado

As diferenças entre homens e mulheres observadas nos dados anteriormente apresentados não são apenas de natureza quantitativa, pois também estão presentes nos cursos em que eles e elas estão inseridos.

Tabela 3 – Distribuição do(a)s aluno(a)s por área de conhecimento e curso de mestrado, segundo sexo e cor/raça. Anos 2004-2006.

| Área do Conhecimento | Curso | Sexo e Cor/raça | | | | | | Total Geral |
|-----------------------|---------------------|-----------------|--------|-------|---------|--------|-------|-------------|
| | | Mulheres | | | Homens | | | |
| | | Brancas | Negras | Total | Brancos | Negros | Total | |
| Arte | Ciência da Arte | 50,00 | 13,04 | 63,04 | 26,09 | 10,87 | 36,96 | 100,00 |
| | Arte / Total | 50,00 | 13,04 | 63,04 | 26,09 | 10,87 | 36,96 | 100,00 |
| Exatas | Física | 26,09 | 4,35 | 30,43 | 47,83 | 21,74 | 69,57 | 100,00 |
| | Geol. e Geofísica | 24,14 | 17,24 | 42,18 | 55,17 | 3,45 | 58,62 | 100,00 |
| | Geoquímica | 37,14 | 11,43 | 48,57 | 37,14 | 14,29 | 51,43 | 100,00 |
| | Matemática | 36,36 | 13,64 | 50,00 | 36,36 | 13,64 | 50,0 | 100,00 |
| | Neuroimunologia | 53,57 | 7,14 | 60,71 | 35,71 | 3,54 | 39,29 | 100,00 |
| | Química | 39,39 | 15,15 | 54,55 | 27,27 | 18,28 | 45,45 | 100,00 |
| | Química Orgânica | 29,63 | 18,54 | 48,15 | 33,33 | 18,52 | 51,85 | 100,00 |
| Exatas / Total | | 35,53 | 12,69 | 48,22 | 38,58 | 13,20 | 51,78 | 100,00 |

Niterói, v. 8, n. 1, p. 121-142, 2. sem. 2007 129



| | | | | | | | | |
|--------------------------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Humanas/ Sociais | Ciência Política | 20,83 | 8,33 | 29,17 | 47,92 | 22,92 | 70,83 | 100,00 |
| | Comunicação | 48,84 | 6,98 | 55,81 | 37,21 | 6,98 | 44,19 | 100,00 |
| | Economia | 34,78 | 6,52 | 41,30 | 43,48 | 15,22 | 58,77 | 100,00 |
| | Educação | 55,91 | 16,13 | 72,04 | 19,35 | 8,60 | 27,96 | 100,00 |
| | Geografia | 24,49 | 10,20 | 34,69 | 42,86 | 22,45 | 65,31 | 100,00 |
| | Política Social | 44,68 | 36,17 | 80,85 | 4,26 | 14,89 | 19,15 | 100,00 |
| | Psicologia | 38,81 | 20,90 | 59,70 | 23,88 | 16,42 | 40,30 | 100,00 |
| | Sociol. e Direito | 37,25 | 7,84 | 45,10 | 39,22 | 15,69 | 54,90 | 100,00 |
| Humanas/Sociais / Total | | 39,86 | 14,64 | 54,50 | 30,63 | 14,84 | 45,50 | 100,00 |
| Tecnológicas | Arq. e Urbanismo | 40,85 | 18,31 | 59,15 | 33,80 | 7,04 | 40,85 | 100,00 |
| | Computação | 14,06 | 3,13 | 17,19 | 51,56 | 31,25 | 82,81 | 100,00 |
| | Eng. de Produção | 14,39 | 6,06 | 20,45 | 59,09 | 20,45 | 79,55 | 100,00 |
| | Eng. de Telecom. | 16,50 | 0,97 | 17,48 | 53,40 | 29,13 | 82,52 | 100,00 |
| | Sist. de Gestão | 29,55 | 4,55 | 34,09 | 52,27 | 13,64 | 65,91 | 100,00 |
| Tecnológicas / Total | | 21,01 | 6,28 | 27,29 | 51,45 | 21,26 | 72,71 | 100,00 |
| Total Geral | | 32,43 | 11,08 | 43,51 | 39,69 | 16,80 | 56,49 | 100,00 |

Fonte: tabulação própria. Programas de Pós-Graduação UFF/2006-2007.

Foram excluídos os cursos de História, Engenharia Civil e Ciência Ambiental devido à impossibilidade de coletar os dados por cor/raça nesses cursos.

Foram excluídos os dados de amarelos e indígenas.

De início, podemos observar que os homens, além de ocuparem o maior número de vagas dos programas de mestrado da UFF, também são maioria nas áreas que, por suas possibilidades de altos ganhos e pelo *status* de que desfrutam, são mais valorizadas pela sociedade e pelo mercado de trabalho como é o caso das áreas de Exatas e Tecnológicas.

As mulheres estão mais concentradas nos cursos das áreas de Humanas/Sociais,³ notadamente nos que detêm características mais próximas das funções maternas ou femininas ligadas ao cuidado e à conservação, à assistência, à educação básica e à subjetividade e nos quais valores simbólicos e vocacionais estão diretamente ligados à concepção de “trabalho feminino” (LOPES; LEAL, 2005), como é o caso dos cursos de Educação, Política Social e Psicologia. Já os homens que ingressam nesta área aparecem, em geral, nos cursos de Ciência Política, Economia, Geografia, Sociologia e Direito, ligados aos conteúdos “políticos”, que pretendem pensar a sociedade e os modelos econômicos e sociais e que guardam relação com a ocupação masculina dos espaços públicos. Embora estejam presentes de forma significativa na área de exatas, as mulheres ainda representam número bem inferior ao dos homens.⁴ Nessa

³ A importância dessa área deve ser destacada, pois ela concentra os cursos que impulsionaram o ingresso de mulheres no mercado de trabalho, principalmente a partir da criação de novas faculdades no país já no século XX, como a Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), em 1934.

⁴ Conforme avaliam Melo e Lastres (2006), esta é uma área de grande prestígio no meio acadêmico e científico.



Giselle Pinto

área é o curso de Arquitetura e Urbanismo que apresenta maior presença feminina em comparação aos outros cursos da mesma área, além de ser o único curso em que as mulheres ultrapassam a participação masculina. Algumas razões históricas, tais como o acesso tardio das mulheres ao sistema educacional, principalmente o de Ensino Superior, e sua quase restrição a ocupações ligadas ao cuidado e ao magistério que reforçavam suas funções maternas ajudam a explicar a menor presença feminina nas Ciências Exatas e Engenharias, áreas tradicionalmente ocupadas por homens (MELO et al., 2004). Desse modo, os dados apresentados na Tabela 3 refletem os marcos culturais que organizam representações e práticas que impõem divisões de atribuições entre os sexos que ainda não foram totalmente superados.

Os dados indicam, portanto, a existência de separações, ou o que se poderia chamar de “guetos” na distribuição dos cursos, pois os homens e mulheres estão numericamente desiguais na pós-graduação da UFF e aparecem ainda mais distanciados quando observamos sua presença nos diferentes cursos de mestrado classificados de acordo com a maior ou menor valoração social e com o volume de investimentos públicos que recebem.

Aliando-se a categoria gênero ao pertencimento racial vemos que as mulheres brancas estão presentes em percentual significativo em todos os cursos da área de Humanas e Exatas, e seus menores percentuais estão na área Tecnológica. As mulheres negras participam significativamente dos cursos das áreas de Humanas/Sociais, o que nos levaria a concluir que mulheres de ambas as raças participam do mesmo “gueto”, ou seja, todas estão mais presentes nos cursos ligados ao cuidado, às subjetividades e à educação, principalmente em níveis elementares de ensino. Poderíamos dizer, então, que negras e brancas estão próximas nesse sentido, e que a variável sexo tem mais peso do que a raça na distribuição por curso. No entanto, quando comparamos a presença de negras e brancas em outras áreas fora do “gueto feminino” vemos que há uma diferença entre elas, pois as brancas conseguem uma penetração no “gueto masculino”, composto pelas áreas de Exatas e Tecnológicas, em percentuais superiores aos alcançados pelas mulheres negras nessas áreas.

Vale destacar ainda, no caso das mulheres negras, que dentre todos os cursos pesquisados, elas apresentam a maior taxa de participação no curso de Política Social, atingindo mais de 30% dos estudantes do curso. Este curso, ligado ao departamento de Serviço Social, tem visivelmente grande importância na participação de mulheres negras na pós-graduação da UFF, além de concentrar o maior número de alunas consideradas pretas que ingressaram no mestrado no período pesquisado. Esta maior presença de mulheres negras pode ser explicada pelo fato de o curso de Serviço Social deter menores remunerações no mercado de trabalho em comparação aos cursos das Tecnológicas,

Durante a década de 1990, os investimentos governamentais para a pesquisa em pós-graduação sofreram grandes cortes, mas ainda assim esta foi uma das áreas que menos sofreu com essa estagnação de investimentos. Esse fato pode ser explicado pelo investimento feito pelo empresariado.



por exemplo, além de desfrutar de baixo prestígio na sociedade brasileira devido ao fator histórico de lidar com o “social” e, conseqüentemente, atuar junto às classes mais pobres. Além disso, a imagem da profissão sempre esteve ligada à caridade, à moral religiosa e à ajuda ao próximo, características tidas como femininas na sociedade brasileira e introjetadas pelos grupos raciais, independente do sexo. Por esse fato, podemos dizer que as mulheres negras buscam o Serviço Social como uma opção mais viável para sua aprovação no vestibular. Essa escolha possivelmente representa uma adequação de suas chances de aprovação, o que as faz investir em carreiras nas quais suas possibilidades de ingresso sejam maiores. Ao mesmo tempo, os homens negros buscam outras carreiras também menos concorridas, contudo próximas das carreiras mais masculinas.

Os dados apresentados indicam um acirramento das desigualdades de participação na pós-graduação quando consideramos o sexo e a cor/raça dos alunos. Tais desigualdades são mais intensas, em relação às mulheres negras, o que demonstra a ação das barreiras estruturais geradas pela discriminação de raça e gênero na manutenção do *status quo*.

Algumas variáveis a serem apresentadas neste estudo, tais como tipo de estabelecimento de ensino, idade, estado civil e condição de atividade podem, ou não, nos auxiliar a identificar os fatores que geram as desigualdades, principalmente aquelas entre as mulheres negras e as brancas, na participação na pós-graduação da UFF.

Tipo de estabelecimento de ensino de graduação

A nossa hipótese inicial era a de que as diferenças acima apontadas podiam ser relacionadas ao tipo de estabelecimento, público ou privado, no qual os/as discentes cursaram os ensinos fundamental, médio e superior.

A Tabela 4 mostra o tipo de estabelecimento de ensino freqüentado pelo(a) aluno(a)s na graduação.

Tabela 4 – Distribuição do(a)s aluno(a)s por sexo e cor/raça segundo o tipo de estabelecimento de Ensino Superior cursado na graduação. Anos 2004-2006.

| Sexo | Cor/Raça* | Tipo de Estabelecimento | | |
|-----------------------|-----------|-------------------------|--------------|---------------|
| | | Público | Privado | Total Geral |
| Mulheres | Branças | 81,53 | 18,47 | 100,00 |
| | Negras | 82,50 | 17,50 | 100,00 |
| Mulheres Total | | 81,78 | 18,22 | 100,00 |
| Homens | Branços | 78,49 | 21,51 | 100,00 |
| | Negros | 78,49 | 21,51 | 100,00 |
| Homens Total | | 79,52 | 20,48 | 100,00 |
| Total Geral | | 80,49 | 19,51 | 100,00 |

Fonte: tabulação própria. Programas de Pós-Graduação UFF/2006-2007.

*Foram excluídos os dados de amarelos e indígenas.



Giselle Pinto

Os dados da Tabela 4 indicam que não há disparidades entre homens e mulheres, entre negros e brancos, nem mesmo entre mulheres negras e brancas no que se refere à instituição de Ensino Superior freqüentada na graduação. Estes indicam, ainda, que a maior parte do corpo discente de mestrado da UFF cursou a graduação em instituições públicas. Podemos concluir, portanto, que o tipo de Ensino Superior do qual o(a)s aluno(a)s são originário(a)s é uma variável pouco explicativa das desigualdades entre os sexos e raças identificadas anteriormente. Isto nos leva a pensar em dois fatores que possivelmente influenciam na configuração dos dados da Tabela 4.

O primeiro refere-se ao fato de as universidades públicas manterem-se como as principais formadoras dos recursos humanos voltados para a formação docente e de pesquisa científica no país. Vale destacar, ainda, que a partir da década de 1980 observa-se um crescimento de estabelecimentos privados de Ensino Superior e de uma concentração de alunos nesse tipo de estabelecimento (73,23% das matrículas de nível superior no Brasil em 2004, segundo o Inep/MEC, 2005). Contudo, essa ampliação ainda não lhes garantiu alcançar o *status* de que desfrutaram as instituições públicas, diferentemente do que ocorreu nos níveis de ensino fundamental e médio, nos quais o ensino privado detém maior qualidade do que o ensino público, além de ser o responsável pelo ingresso da maior parte dos estudantes das universidades públicas. No caso da UFF, cerca de 65% dos estudantes de graduação cursaram os ensinos fundamental e médio em escolas privadas (BRANDÃO; TEIXEIRA, 2003).

Outro fator refere-se ao caso específico dos negros de ambos os sexos, pois este(a)s estão próximo(a)s do(a)s branco(a)s quanto ao tipo de instituição na qual cursaram a graduação, o que nos leva a pensar que este(a)s negro(a)s detém uma condição que os diferenciaria do(a)s demais do mesmo grupo racial, visto que já foi identificado na sociedade brasileira a existência de desvantagens no acesso deste segmento aos espaços mais valorizados como o Ensino Superior. Nossa hipótese, portanto, é que, após enfrentarem as barreiras socioculturais e simbólicas e acessarem a graduação, esses negros já tenham sido "superselecionados", e quando buscam o acesso à pós-graduação, em geral, possuem condições sociais que os aproximem dos brancos.

Idade

Os dados apresentados na Tabela 5 nos permitem conhecer a idade do(a)s aluno(a)s dos cursos de mestrado da UFF. Inicialmente, há de se dizer que todas as faixas etárias apresentam um percentual significativo tanto de homens quanto de mulheres dos grupos de cor/raça considerados na pesquisa.



Tabela 5– Distribuição do(a)s aluno(a)s por sexo e cor/raça, segundo idade. Anos 2004-2006.

| Sexo | Cor/ Raça* | Idade | | | | | | Total Geral |
|-----------------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------|-------------|
| | | 22 a 26 anos | 27 a 31 anos | 32 a 36 anos | 37 a 41 anos | 42 a 46 anos | acima de 47 anos | |
| Mulheres | Branças | 22,41 | 31,65 | 14,01 | 9,52 | 11,76 | 10,64 | 100,00 |
| | Negras | 22,96 | 32,36 | 14,41 | 9,19 | 11,06 | 10,02 | 100,00 |
| Mulheres Total | | 22,96 | 32,36 | 14,41 | 9,19 | 11,06 | 10,02 | 100,00 |
| Homens | Branços | 17,39 | 34,55 | 18,54 | 9,84 | 8,24 | 11,44 | 100,00 |
| | Negros | 19,46 | 33,51 | 17,30 | 12,43 | 10,81 | 6,49 | 100,00 |
| Homens Total | | 18,01 | 34,24 | 18,17 | 10,61 | 9,00 | 9,97 | 100,00 |
| Total Geral | | 20,16 | 33,42 | 16,53 | 9,99 | 9,90 | 9,99 | 100,00 |

Fonte: Tabulação própria. Programas de Pós-Graduação UFF/2006-2007.

* Foram excluídos os dados de amarelos e indígenas.

A Tabela nos mostra, ainda, que a maior parte do(a)s aluno(a)s ingressam na pós-graduação na faixa etária de 27 a 31 anos, o que não corresponderia ao término da graduação se levarmos em conta o acesso aos 18 anos. Contudo, considerando que o ingresso na UFF se dá em sua maioria aos 21 anos (BRANDÃO; TEIXEIRA, 2003), numa trajetória sem interrupção o término na graduação se daria entre 25 e 26 anos, em média. Assim, esta pode ser a explicação para a maior presença de estudantes na faixa de 27 a 31 anos. O intervalo que o(a)s aluno(a)s levam entre a graduação e a pós-graduação será apresentado posteriormente, mas os dados da faixa etária indicam que a maior parte dos alunos, de ambos os sexos, ingressam num intervalo de até um ano após a graduação.

Tais resultados nos levam a pensar que ser jovem se reverte em vantagem de participação para homens e mulheres, já que, de modo geral, os dados demonstram que o(a)s estudantes de mestrado da UFF investem na pós-graduação imediatamente após a conclusão da graduação. Levando-se em consideração que a entrada entre 22 e 26 anos tem um percentual significativo de ingresso no mestrado, observamos que estes dados parecem apontar mudanças no cenário de ingresso na pós-graduação no país, pois, segundo pesquisa sobre a pós-graduação nacional realizada por Velloso e Velho (2001), em meados da década de 1990, a média de idade de ingresso no mestrado, em todo o Brasil, era de 30 anos.

Nas outras faixas de idade podemos perceber a influência de fatores relativos ao gênero na participação de homens e de mulheres na pós-graduação, visto que na faixa etária de estudantes acima de 32 anos a participação masculina se amplia e ultrapassa as mulheres, o que provavelmente coincide com a fase reprodutiva delas. Já nas faixas acima de 40 anos torna a haver um aumento de participação feminina, o que poderá ser melhor observado quando analisarmos o estado civil do(a)s estudantes.



Giselle Pinto

Na análise dos dados da idade das estudantes vemos que as mulheres negras e brancas estão percentualmente próximas em praticamente todas as faixas etárias consideradas, e, ambas ingressam, em sua maioria, logo após a conclusão da graduação. Isso mostra que o fator idade também não é capaz de explicar as desigualdades existentes entre estas.⁵

Estado Civil

O estado civil exerce algum impacto nas diferenças de participação de homens e mulheres, brancos e negros, na pós-graduação?

Tabela 6 – Distribuição do(a)s aluno(a)s por sexo e cor/raça, segundo estado civil. Anos 2004-2006.

| Sexo | Cor/ Raça* | Estado Civil | | | | | | Total Geral |
|----------------|---------------|--------------|--------|------------|----------|-------|--------|----------------|
| | | Solteiro | Casado | Divorciado | Separado | Viúvo | Outros | |
| Mulheres | Branças | 65,83 | 23,53 | 7,56 | 1,40 | 1,12 | 0,56 | 100,00 |
| | Negras | 74,59 | 18,03 | 4,92 | 1,64 | 0,82 | - | 100,00 |
| Mulheres Total | | 68,06 | 22,13 | 6,89 | 1,46 | 1,04 | 0,42 | 100,00 |
| Homens | Branços | 64,91 | 30,05 | 1,83 | 2,06 | - | 1,15 | 100,00 |
| | Negros | 71,35 | 26,49 | 1,62 | 0,54 | - | - | 100,00 |
| Homens Total | | 66,83 | 28,99 | 1,77 | 1,61 | - | 0,81 | 100,00 |
| Total Geral | | 67,36 | 26,00 | 4,00 | 1,55 | 0,45 | 0,64 | 100,00 |

Fonte: tabulação própria. Programas de Pós-Graduação UFF/2006-2007.

* Foram excluídos os dados de amarelos e indígenas.

Os dados apresentados na Tabela acima sinalizam para uma resposta positiva a esta questão, pois indicam que ser solteiro(a) representa maior vantagem na disputa pelas vagas na pós-graduação para todos os grupos raciais, independentemente do sexo. De modo geral, o percentual de ingresso de solteiros, 67,36%, é superior a todos os outros. O percentual de mulheres solteiras ultrapassa o de homens, o que nos mostra que as mulheres com maiores níveis de escolaridade e rendimentos tendem a adiar a opção pelo casamento e pela maternidade (IBGE, [2005?]).

Contudo, o casamento não parece representar um elemento impeditivo de acesso de homens e mulheres, brancos e negros, pois os dados mostram um percentual significativo de pessoas nesta condição. Ele parece representar maior vantagem de participação para os homens. No total por sexo, vemos que os homens somam 28,99% dos alunos casados, enquanto as mulheres somam 22,13%. Essa

⁵ Os dados da Tabela 5 indicam também que o cenário atual do mercado de trabalho vem alterando sensivelmente a configuração da pós-graduação no Brasil. Ou seja, percebe-se uma mudança no comportamento dos graduados em relação à pós-graduação, visto que diferentemente de outras gerações que buscavam a pós-graduação como aprimoramento dos conhecimentos e para ingressar na carreira docente, as gerações mais jovens parecem estar buscando esses cursos tanto como forma de ampliar sua capacidade competitiva no mercado de trabalho quanto por estes serem uma oportunidade de especialização na área de atuação, uma vez que "cabe à pós-graduação a tarefa de produzir os profissionais aptos a atuar nos diferentes setores da sociedade" (PNPG, 2004).



Desigualdades de participação na pós-graduação da UFF: aliando gênero e raça

diferença pode ser observada também na distribuição dos sexos por cor/raça, no qual as mulheres brancas e negras somam em média 20% das alunas casadas, enquanto os homens ficam bem acima, em torno de 30% dos casados.

Esses achados nos levam a pensar na hipótese de que os homens conseguem conciliar com maior facilidade o mestrado e a vida pessoal. Já em relação às mulheres casadas, parece que, devido à responsabilidade com as funções domésticas e com a maternidade, elas disputam menos o ingresso na pós-graduação. No entanto, os dados coletados na pesquisa não nos ajudam a confirmar tal suposição.

Chama-nos a atenção a presença de mulheres divorciadas, que chegam a 6,89%, enquanto os homens somam apenas 1,77% desse grupo. Tal dado possivelmente explica o crescimento do número de mulheres acima de 40 anos observado na Tabela 5, e pode corroborar a hipótese de que as funções domésticas retardam o ingresso na pós-graduação. Além disso, este dado parece indicar que muitas mulheres tornam a investir na própria educação após a criação dos filhos ou depois do final do casamento.

O estado civil do(a)s aluno(a)s não apresenta grandes disparidades entre homens e mulheres. O mesmo ocorre quando comparamos as mulheres brancas e negras, pois elas estão novamente muito próximas na distribuição dos dados.



Condição de atividade



A Tabela 7 indica a condição de atividade do(a)s aluno(a)s de mestrado da UFF.

Tabela 7 – Distribuição do(a)s aluno(a)s por sexo e cor/raça, segundo condição de atividade. Anos 2004 – 2006

| Sexo | Cor/Raça* | Trabalha | | |
|-----------------------|-----------|--------------|--------------|---------------|
| | | Sim | Não | Total Geral |
| Mulheres | Branças | 63,66 | 36,34 | 100,00 |
| | Negras | 55,83 | 44,17 | 100,00 |
| Mulheres Total | | 61,68 | 38,32 | 100,00 |
| Homens | Branços | 64,45 | 35,55 | 100,00 |
| | Negros | 63,29 | 36,71 | 100,00 |
| Homens Total | | 63,29 | 36,71 | 100,00 |
| Total Geral | | 62,59 | 37,41 | 100,00 |

Fonte: tabulação própria. Programas de Pós-Graduação UFF/2006-2007.

* Foram excluídos os dados de amarelos e indígenas.

Os dados da Tabela 7 indicam que a maior parte do(a)s aluno(a)s dos cursos de mestrado da UFF trabalham. Quando analisados por sexo, percebe-se que tanto homens quanto mulheres, em sua maioria, conciliam o trabalho com o curso de pós-graduação. Isso ocorre também quando fazemos o recorte por cor/raça.

136 Niterói, v. 8, n. 1, p. 121-142, 2. sem. 2007





Giselle Pinto

Devido ao alto percentual de solteiro(a)s e de aluno(a)s nas faixas etárias mais jovens, a grande participação de aluno(a)s trabalhadores(as) pode indicar uma escolha pessoal pelo investimento no mercado de trabalho. Um outro fator que concorre, em alguma medida, para o alto índice de aluno(a)s trabalhadores(as) é o reduzido número de bolsas concedidas pelas agências de fomento. Em 2003, considerando-se apenas a CAPES e o CNPq, o número de bolsas de mestrado estava em torno de 6 mil para todo o país. Esse número representava um decréscimo significativo, já que em 1995 elas somavam 10.960 (PNPG, 2004). Essa redução nas bolsas parece influenciar na seleção de aluno(a)s, já que os cursos possivelmente priorizam a entrada daqueles que já ingressaram no mercado de trabalho.

Os dados que revelam a condição de atividade sinalizam uma resposta positiva à hipótese proposta na análise da idade do(a)s aluno (a)s. Entretanto, os números mostram que o público do mestrado da UFF é formado por profissionais empregados de empresas privadas em busca de aperfeiçoamento profissional e ampliação de sua capacidade competitiva no mercado de trabalho. Embora a maior parte dos estudantes já esteja no mercado de trabalho, vale notar que o percentual de alunos que não trabalha é muito significativo, sendo, em média, 35%. Assim, se analisarmos esses dados juntamente com os números das Tabelas 5 e 6 (idade e estado civil), vemos que se confirmará, em alguma medida, a hipótese de que os estudantes que ingressam nos programas de mestrado da UFF o fazem por considerá-los um caminho para alcançar o mercado de trabalho.

Considerações Finais

Nos últimos anos, os programas de mestrado na UFF têm apresentado um forte crescimento, tanto da quantidade de cursos quanto da de alunos. Em termos absolutos, estavam inscritos 2.122 alunos nos programas de mestrado da universidade em 2004, o que representa um crescimento de 27% no período de 1998 a 2004 (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2006). Esse percentual está bem acima da média nacional, que foi de 14,8% entre 1996 e 2004 (PNPG, 2004, p. 53). Nos dados da Tabela 1 podemos perceber uma significativa ampliação de vagas no período pesquisado, o que reitera a importância que a pós-graduação *stricto sensu* alcança na Universidade. A despeito dessa ampliação, na análise dos dados coletados é possível observar a existência de assimetrias de gênero e de raça no corpo discente não apenas em relação ao total de ingresso(a)s, mas também na distribuição do(a)s aluno(a)s pelos cursos de mestrado observados.

Em relação à distribuição dos sexos, os dados indicam uma menor participação de mulheres em relação aos homens, indicando um deslocamento para espaços mais valorizados como a pós-graduação das diferenças educacionais entre homens e mulheres já vencidas no acesso à graduação. As distâncias entre os sexos tornam-se ainda mais acirradas quando analisamos a presença de homens e mulheres por área de conhecimento e por curso de mestrado, pois os dados mostram as mulheres



GÊNERO

Desigualdades de participação na pós-graduação da UFF: aliando gênero e raça

majoritariamente concentradas nos cursos ditos “femininos” que, geralmente, são menos valorizados socialmente. Isto revela, entre outras coisas, que as mulheres ainda não estão participando de forma satisfatória dos espaços de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil representados, principalmente, pelas áreas de Exatas e Tecnológicas.

Considerando a origem racial, percebemos que as assimetrias observadas entre os sexos tomam novas proporções. Os dados apontam um acirramento das desigualdades de participação quando comparamos a presença de mulheres brancas e negras, o que nos mostra que esta Universidade reflete as desigualdades raciais historicamente presentes na sociedade brasileira. Tratando-se das desigualdades de participação na pós-graduação, estes dados indicam ainda que em espaços de alta competitividade as desigualdades raciais entre negros e brancos mostram-se ainda mais exacerbadas.

Os dados também sinalizam que ser branco é sinal de vantagem na participação nos cursos de mestrado de todas as áreas pesquisadas, pois estão presentes nesses cursos mais homens e mulheres brancas, do que homens e mulheres negras. Se considerarmos apenas as mulheres dos diferentes grupos raciais, percebemos que as brancas participam em maior número da pós-graduação da UFF, independentemente das áreas de conhecimento ou curso.

O número de mulheres negras está bem abaixo do número de brancas no total acumulado de alunas. Além disso, as negras participam em maior número na área de Humanas/Sociais, tendo, ao contrário das brancas, uma baixa participação em áreas como de Exatas e Tecnológicas. Sua maior presença ocorre em cursos como Política Social, ligado ao Serviço Social e nas áreas de docência como, por exemplo, a Educação, o que demonstra a presença na vida destas mulheres do peso dos resquícios da tradição cultural ligada ao sexo, que influencia no padrão de escolhas feminino. Como as mulheres brancas estão conseguindo, de certa forma, suplantar esse padrão, podemos dizer que no caso das negras ocorre um agravamento devido à aliança das estruturas culturais e sociais ao seu pertencimento racial. Isto possivelmente explica sua opção por cursos historicamente associados a ocupações femininas, menos valorizados socialmente e, por conseqüência, menos concorridos no exame do vestibular.

Nota-se, ainda, o fato de alguns indicadores aqui discutidos, tais como o tipo de escolarização, a idade, o estado civil, a condição de atividade, mostrarem certa proximidade entre branco(a)s e negro(a)s, sem, no entanto ajudar a explicar a magnitude das desigualdades de participação. Essa proximidade é aqui entendida como um dado ligado ao processo de superseleção dos negros que ingressam no Ensino Superior de graduação, principalmente na pós-graduação, e pelos objetivos que os alunos de pós-graduação têm ao buscarem o ingresso neste nível de ensino.

138 Niterói, v. 8, n. 1, p. 121-142, 2. sem. 2007





Giselle Pinto

Com relação ao(a)s negro(a)s que buscam a pós-graduação, vimos que este(a)s o fazem por meio de cursos menos valorizados socialmente e no mercado de trabalho. Esse fato ilustra que o padrão de escolha das carreiras por parte do(a)s negro(a) é fruto de uma espécie de *antecipação razoável às possibilidades objetivas*,⁶ ou seja, o(a)s estudantes negro(a)s, por terem em geral uma trajetória marcada por processos de inferiorização e discriminação, além de condições sociais e culturais distintas do(a)s branco(a)s possivelmente tendem a buscar o ingresso em carreiras objetivamente possíveis de se conseguir aprovação, ainda que nem sempre ligadas ao seu desejo pessoal.

Os dados analisados, mostram que raça e gênero aliados são grandes geradores de desigualdades de participação nos espaços educacionais como é o caso das universidades, a despeito da expansão das vagas no Ensino Superior ocorrida a partir de 1980. Assim, apesar de as universidades brasileiras estarem formando mais mulheres do que homens, as mulheres negras ainda não parecem estar usufruindo dessa vantagem. Ao contrário das brancas, as mulheres negras parecem ainda ocupar na sociedade as funções tradicionalmente reservadas a elas tais como o emprego doméstico e as ocupações de baixo rendimento. Enquanto as brancas vêm rompendo alguns estereótipos e começam a ampliar sua participação em espaços antes restritos aos homens, as mulheres negras ainda apresentam dificuldades, fato que pode revelar um cruzamento da discriminação de gênero aliada à raça.

Harding (1986 apud STOLCKE, 1991, p. 105) chama a atenção para esse cruzamento entre gênero e raça para mostrar como essas diferentes formas de dominação afetam mulheres e homens negros de maneira particular. A autora conclui que “em culturas estratificadas tanto por gênero quanto por raça, o gênero é também uma categoria racial e a raça, uma categoria de gênero”.

As desigualdades de participação na pós-graduação entre homens e mulheres, e principalmente entre negras e brancas levam-nos a refletir sobre a necessidade da contribuição de diferentes olhares na produção científica e no desenvolvimento tecnológico nacional. Tais áreas, aliás, foram as que receberam o maior destaque no Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010 em relação a incentivos e investimentos.

Uma vez que não se pode falar em desenvolvimento sem a participação de indivíduos com experiências e visões diferentes, nem se pode conceber uma sociedade mais igualitária sem a promoção da equidade de participação entre os sexos em todos os espaços da vida social, também não podemos aceitar ou mesmo naturalizar o fato de ainda existirem no país mecanismos de exclusão tão arraigados e que funcionem como reprodutores das desigualdades raciais. De acordo com Bourdieu (2003, p. 64) a melhor forma de se evidenciar se uma sociedade pode ser realmente considerada “democrática” é perceber se ela possibilita que homens e mulheres de diferentes grupos raciais e oriundos de diferentes classes sociais tenham chances de acessar os “instrumentos institucionalizados de ascensão social”.

⁶ Idem.



GÊNERO

Desigualdades de participação na pós-graduação da UFF: aliando gênero e raça

Abstract: This article aims at examining the differences between white and black women in accessing different graduate courses offered by Universidade Federal Fluminense. Data were collected from different sources and allowed us to examine the impact of a great number of variables in the possibilities of women of each racial group in entering and graduating in the most valued careers. The results point out to a great disadvantage of blacks compared to their white counterparts in the most valued careers.

Keywords: race; higher education; gender.

Referências

ABRAMO, Laís. *Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas: mercado de trabalho*. IPEA. Novembro, 2004. Texto apresentado no Seminário Internacional América do Sul, África, Brasil: acordos e compromissos para a promoção da igualdade racial e combate a todas as formas de discriminação. Brasília, 22-24 de março de 2004.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; TEIXEIRA, Moema de Poli. Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias. In: SOARES, Sergei et al. (Org.). *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.

_____; ALVES, José Eustáquio Diniz. *A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 20- 24 de setembro de 2004.

_____; NOVELLINO, M. Salet. *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002. (Texto para discussão, 1)

BESSON, Jean-Louis. As estatísticas: verdadeiras ou falsas? In : BESSON, Jean-Louis (Org.). *A ilusão das estatísticas*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 4. ed. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2005.

_____. *Escritos de Educação*. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de Educação*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *La distinción: critérios y bases sociales de gusto*. Madri: Taurus, 1999.

BOWEN, William G. *O curso do rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRANDAO, André Augusto Pereira; TEIXEIRA, Moema de Poli (Org.). *Censo étnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Mato Grosso: dados preliminares*. Niterói: EdUFF, 2003.

140 Niterói, v. 8, n. 1, p. 121-142, 2. sem. 2007





Giselle Pinto

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: mulher e raça no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2000.

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.118, p. 247-268, mar. 2003.

HASENBALG, Carlos. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 73, 1987.

_____. Raça e mobilidade social. In: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson. (Org.). *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____; VALLE SILVA, Nelson. (Org.). *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 807)

HERINGUER, Rosana; MIRANDA, Dayse. As cores da desigualdade de gênero no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

_____. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, suplemento, n. 18, p. 57-65, 2002.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2004*. [2005?]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 out. 2006.

_____. *Síntese de indicadores sociais 2006*. [2007?]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2007.

INEP. MEC. *Censo da Educação Superior*: sinopse. Brasília, DF, 2005.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília, DF: Ipea, 2002.

LOPES, Marta Júlia Marques; LEAL, Sandra Maria Cezar. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 24, 2005.

MELO, Hildete Pereira de et al. Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. *Revista Gênero*, Niterói, v. 4, n. 2, 1 sem. 2004.

_____; LASTRES, Helena Maria Martins. Ciência e tecnologia numa perspectiva de gênero: o caso do CNPq. In: SANTOS, Lucy Woellner dos et al. (Org.). *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: IAPAR, 2006.

PINHEIRO, Luana; SOARES, Vera. *Retrato das desigualdades: raça e gênero*. Rio de Janeiro: UNIFEM : IPEA, 2004.

PLANO Nacional de Pós-Graduação: *PNPG 2005-2010*: resumo executivo. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar 1996. v. 18. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.





GÊNERO

Desigualdades de participação na pós-graduação da UFF: aliando gênero e raça

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. *Dossiê assimetrias raciais no Brasil*: alerta para elaboração de políticas. Brasília, DF, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação e gênero no Brasil. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. *Mulher e educação*. São Paulo: EDUC, 1994. p.7-18. (Projeto História, v.11)

SANT'ANNA, Wânia. Desigualdades étnico/raciais e de gênero no Brasil: as revelações possíveis dos Índices de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento ajustado ao Gênero. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, n. 88-89, mar./ ago. 2001.

SCHULTZ, T. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1967.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos/UCAM*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 101-119, jun. 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. *UFF em números*. [2006?]. Disponível em: <<http://www.uff.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2006.

VELLOSO, Jacques; VELHO, Léa. *Mestrandos e doutorandos no país*: trajetórias de formação. Brasília, DF: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2001.

WERNECK, Jurema. A vulnerabilidade das mulheres negras. *Jornal da Rede Saúde*, [S.l.], n. 2, mar. 2001.

(Recebido em agosto de 2007 e aprovado para publicação em outubro de 2007).